

## **ABRASCA ATUA DECISIVAMENTE PARA A NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA NA ADOÇÃO DO IFRS**

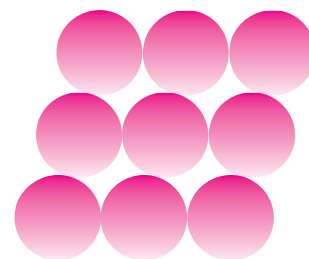
Quando da criação do RTT, a Abrasca foi decisiva na manutenção do dispositivo introduzido na Lei 11.638/07 que garantiu a neutralidade tributária na adoção do padrão contábil IFRS no Brasil. Essa gestão evitou potencial perda de enormes valores em sobrecustos fiscais e tributários para as empresas brasileiras.

No debate do regime definitivo, que substituirá o RTT, a Abrasca voltou à cena, sendo mais uma vez decisiva junto à Receita Federal visando garantir a neutralidade tributária com a adoção do IFRS, agora com relação à amortização do ágio nas operações de fusões e aquisições.

Ainda na segunda metade de julho, a Abrasca apresentou exclusivamente às suas associadas uma série de slides preparados pela Receita Federal sobre a Medida Provisória que instituirá o regime tributário definitivo em substituição ao RTT, os quais ratificavam, na sua maioria, a neutralidade tributária na adoção do regime tributário definitivo, exceto quanto à dedutibilidade do ágio nas operações de aquisição e fusão.

Entre o final de julho e início de setembro diversas gestões do setor privado foram feitas junto à Receita, todas com a participação da Abrasca e das companhias abertas, defendendo a boa técnica na manutenção da dedutibilidade do ágio nas operações de fusão e aquisição.

Posteriormente, houve a sinalização de que a amortização do ágio seria mantida salvo em operações intragrupos, e com restrição do prazo de amortização.



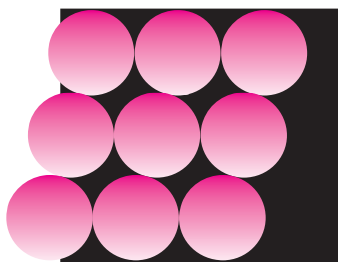
## **ABRASCA OBTÉM VITÓRIA CONTRA A ADOÇÃO DE DOIS BALANÇOS**

No último trimestre de 2011, a RFB cogitou seriamente adotar o LAC – Livro de Ajuste da Convergência, em lugar do e-Lalur nas disposições do regime tributário definitivo para substituir o RTT. A Abrasca encaminhou à Receita Federal do Brasil documento contra a adoção do LAC, cuja criação implicaria na elaboração de dois balanços e duas demonstrações de resultados.

Algumas das ponderações da Abrasca contra o LAC no início de 2012 eram:

- A adoção do LAC representaria um retrocesso em termos societários e contábeis, pois contrariaria a tendência mundial de migração das práticas contábeis locais para o padrão IFRS: a maioria das empresas priorizaria apenas o LAC – exigido pelo fisco;
- A adoção do LAC demandaria a realização de relevantes investimentos adicionais aos já incorridos pelas companhias abertas nos últimos anos, quando da sua adaptação às disposições introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09;
- A não adoção do padrão IFRS pela generalidade das empresas possivelmente impactaria negativamente a atração de investimentos externos, pois geraria distorções na análise dos resultados contábil e gerencial, prejudicando as avaliações feitas por investidores e agências de “rating”;
- A adoção do LAC – dois balanços - representaria enorme aumento da burocracia e do “custo Brasil”; e
- A adoção do LAC aumentaria demasiadamente o grau de incerteza e a insegurança a respeito da aplicação da legislação tributária e societária, especialmente ao longo do tempo, e, possivelmente, resultaria em aumento do nível de litigiosidade entre fisco e contribuintes.

A primeira minuta de Medida Provisória instituindo o regime tributário definitivo, que substituirá o RTT, divulgada pelo Jornal Valor em agosto de 2012, indicou que a RFB deverá utilizar o e-Lalur e não o LAC, descartando a opção pelos dois balanços.



## **CONTRIBUIÇÕES DA ABRASCA APERFEIÇOAM INSTRUÇÃO DA CVM SOBRE LAJIDA/LAJIR**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou, em outubro, a Instrução 527/12, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil denominadas LAJIDA (EBITDA) e LAJIR (EBIT). A Abrasca participou ativamente do processo de construção da minuta tendo praticamente todas as suas sugestões acatadas pela Autarquia. A Instrução estabelece os parâmetros para o cálculo do LAJIDA e do LAJIR e os critérios para a sua divulgação.

A Abrasca foi convidada pela CVM para debater a minuta de instrução em dezembro de 2010, quando uma primeira versão do texto foi colocada em audiência pública. Após a carta da Abrasca encaminhada em dezembro daquele ano, a CVM alterou a minuta, que foi novamente analisada pela Abrasca em audiência restrita. O documento, segundo o grupo de trabalho criado pela entidade questionou alguns pontos da minuta entre eles, o excesso de denominações inicialmente previsto pela Autarquia: LAJIDA “amplo”, LAJIDA “restrito” e LAJIDA “ajustado”.

A CVM aceitou todas as sugestões enviadas pela Abrasca salvo a exclusão do Art 9º desta Instrução, que prevê uma função de “certificador” para o auditor independente da companhia. Havia a expectativa de que o dispositivo poderia criar novos custos para as companhias abertas. Entretanto, a prática demonstra que tal fato não está ocorrendo.

A Abrasca e a CVM acordaram realizar dois eventos em fevereiro de 2013, um no Rio e outro em São Paulo, para debater os dispositivos da Instrução e ampliar a compreensão dos objetivos positivos da norma editada pela Autarquia para o bom funcionamento do mercado.

## **ABRASCA APÓIA CDP – INICIATIVA MUNDIAL DE MAIS DE 500 INVESTIDORES GLOBAIS SOBRE EMISSÕES DE CARBONO**

A Abrasca apoiou o Carbon Disclosure Project a realizar mais uma edição do CDP Investors, iniciativa que, em nome de mais de 500 investidores globais, coleta dados referentes às mudanças climáticas junto as companhias de todo o mundo. Ratificando o compromisso das companhias abertas com transparência e sustentabilidade, a Abrasca integra os Conselhos Honorário e Técnico-Consultivo do Projeto.

No Brasil, o projeto opera desde 2006, convidando um grupo de 80 empresas (tendo como referência o índice iBrX) a fazerem seu reporte climático por meio de sua plataforma global. Na América Latina são 50 empresas (tendo como referência o índice S&P Latin America), contemplando cinco países: Argentina, Brasil, Chile, México e Peru.

O Carbon Disclosure Project possui uma representação regional, o CDP Latin America, responsável pelas operações nesses cinco países. Instituído em 2010, esse braço regional do projeto conta com dois representantes da Abrasca em seus Conselhos Honorário e Técnico-Consultivo: Antonio Duarte Carvalho de Castro e Wilson Mello Neto, respectivamente presidente e conselheiro da Associação, representando duas das principais companhias abertas brasileiras: Souza Cruz e BRF – BrasilFoods.

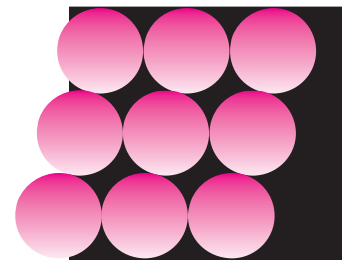
A atuação da Abrasca levou o CDP a convidar a Associação para integrar, junto com a Abrapp, o quadro de patronos do projeto no Brasil.

## **PLEITO DA ABRASCA MELHORA AS CONDIÇÕES DAS COMPANHIAS DE PRESTAR INFORMAÇÕES AO SISCOSEV**

A Abrasca, junto com a Febraban, enviou carta ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e ao Secretário da Receita Federal do Brasil solicitando a prorrogação, para 1º de janeiro de 2014, dos prazos para prestação das informações sobre transações entre residentes ou domiciliados no Brasil e no exterior referentes a exportação e importação de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações patrimoniais. O objetivo foi o de preservar os estímulos para o crescimento das empresas e da economia brasileira

De acordo com o documento, os prazos previstos na Portaria RFB/SCE nº 1.908, de 19.07.2012, eram insuficientes para a implementação dos processos e controles internos necessários ao cumprimento da obrigação. O cumprimento da nova obrigação exige, dentre outras medidas, complexas alterações estruturais, a adoção de controles internos necessários à produção das informações e investimentos humanos e financeiros em Tecnologia da Informação – TI. Seria necessário produzir mecanismos compatíveis com os Softwares contábeis e de gestão das empresas, capazes de produzir arquivos contendo as informações no formato solicitado no âmbito do SISCOSEV.

Como resultado, a RFB e o MDIC concederam mais 90 dias – dobrando o prazo original para 180 dias – para registro das novas operações do Siscoserv.



## **CFC ACEITA SOLICITAÇÃO DA ABRASCA E ALTERA PRAZO DA AUDIÊNCIA SOBRE A TAXONOMIA XBRL BRASIL**

O CFC – Conselho Federal de Contabilidade – colocou em audiência pública minuta de taxonomia XBRL brasileira.

As companhias buscam na utilização do XBRL, associada aos padrões IFRS, uma ferramenta para tornar global a apresentação das suas demonstrações contábeis. Assim, bastaria uma única demonstração nesse formato para atender às exigências de quaisquer jurisdições.

Entretanto, a análise da taxonomia brasileira mostrou que as demonstrações em IFRS/XBRL brasileiras serão bastante diferentes das demonstrações em IFRS/XBRL exigidas pela SEC, nos Estados Unidos. Ou seja, o objetivo de uma demonstração única não está sendo atingido.

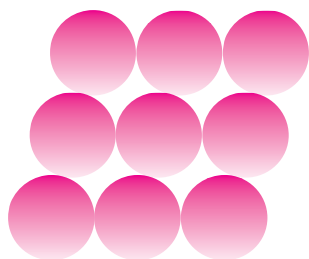
A Abrasca expediu carta ao CFC demonstrando preocupação quanto a condução do tema. O maior receio é a adoção do XBRL pelos órgãos reguladores nacionais se transforme na elaboração manual por consultores externos de mais um relatório, na prática, não utilizado pelo público-alvo das informações: analistas e investidores.

A Abrasca está envidando esforços para promover um debate mais aprofundado entre as companhias e entidades de mercado sobre a conveniência de adotar imediatamente a taxonomia no atual estágio de inserção do XBRL no cenário internacional.

## **ABRASCA SE REÚNE COM TÉCNICOS DA RECEITA FEDERAL PARA DEBATER APRIMORAMENTOS DO SPED**

A Abrasca participou, em outubro, da reunião semestral com a Receita Federal para discutir o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). No encontro, que contou também com a presença de representantes do grupo de empresas-piloto do SPED, do CFC, da Sescon, da Fenacon, da Febraban/Anbima, da Anfavea e do Sinditebrasil, foi defendido que os aprimoramentos do SPED devem passar obrigatoriamente pela maior racionalização, padronização e simplificação das obrigações fiscais, acelerando o processo de alinhamento único entre todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal).

Dentre os pleitos referentes à Escrituração Contábil Digital (ECD), foi solicitada a exclusão de multa por atraso na entrega da ECD. Foi sugerida também a criação de um comitê permanente para discussão de temas relacionados ao SPED.



Sobre a Escrituração Fiscal Digital – (EFD IRPJ) – Apuração do IRPJ (Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica) e CSSL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), ficou acordado que: será necessário recuperar a ECD para montar a EFD IRPJ (todos os 12 meses ou a anual), buscando os dados das ECD validadas e entregues. Isso foi sugerido para gerar garantias de que a base de cálculo do IRPJ e CSSL seja efetivamente o que foi escriturado contabilmente, garantia que hoje não existe no FCONT (Controle Fiscal Contábil de Transição).

Atualmente, o sistema inicia a montagem do E-Lalur (sistema criado com o objetivo de eliminar a redundância de informações existentes na escrituração contábil), considerando as partes A e B do Lalur, e grande parte dos ajustes serão obtidos a partir da ECD. Além disso, existirá uma tabela para adições e exclusões, que será interligada com os registros contábeis das companhias.

Para melhorar o sistema das Notas Fiscais Eletrônicas (NFes), foi sugerido que o Projeto SPED preveja a disponibilização para download de notas fiscais eletrônicas pelas empresas, centralizando o ambiente nacional, e gerando a liberação do Cadastro Nacional dos Contribuintes de todas as UFs para a consulta dos status.

### **ABRASCA PARTICIPA DE COMITÊ SOBRE RELATÓRIO INTEGRADO**

A Abrasca foi convidada pelo BNDES para fazer parte do Comitê que discutirá a adoção do Relatório Integrado no Brasil. Trata-se de uma iniciativa do “International Integrated Reporting Council – IIRC”, criado pelo Príncipe Charles, para estimular o uso do relatório integrado pelo mundo. Sua proposta é a de ser um meio pelo qual as empresas se comuniquem, gerando valor e servindo também para o aprimoramento da gestão das empresas.

O tipo de informação gerada no relatório facilita muito a visão dos investidores e outros “stakeholders” sobre as companhias de forma mais abrangente. Além disso, do ponto de vista gerencial, trata-se de um conjunto de processos e atividades cujo resultado se traduz em uma comunicação mais fiel da realidade das empresas, demonstrando a estratégia da organização, a governança, o desempenho e as perspectivas de elevar e preservar a criação de valor.

### **SUBSTANCIAIS DESCONTOS PARA ASSOCIADAS NAS PUBLICAÇÕES NO JORNAL BRASIL ECONÔMICO**

Em março, a Abrasca renovou a parceria com o jornal Brasil Econômico – JBE garantindo, para as companhias associadas e autorreguladas, descontos entre 73% e 86% no custo da página para publicação de matéria legal.

A parceria entre Abrasca e JBE entra em seu segundo ano buscando opções para as companhias abertas reduzirem seus custos de publicação de balanços e demonstrações financeiras, os quais configuram uma das principais despesas inerentes à abertura de capital das empresas.

### **ABRASCA ESTRUTURA NÚCLEO DE TRABALHO DA AUTORREGULAÇÃO DAS COMPANHIAS ABERTAS**

Em maio entrou em operação, no escritório da Abrasca no Rio de Janeiro, o novo núcleo de trabalho ligado às atividades relativas à autorregulação das companhias abertas e observância dos dispositivos do Código Abrasca de Autorregulação e Boas Práticas. Fazem parte do Núcleo duas profissionais com extensa experiência no mercado de capitais: a ex-superintendente de relações com empresas da CVM, Elizabeth Machado, e a ex-gerente de relações com investidores da Souza Cruz, Elizabeth Benamor.

A Abrasca lançou também o Selo de Boas Práticas, para as empresas que aderiram ao Código utilizarem em seus materiais promocionais. O Selo é um atestado do compromisso da empresa com boas práticas de governança corporativa e relacionamento com partes interessadas.

## **ABRASCA APRESENTA SEU CÓDIGO DE AUTORREGULAÇÃO AOS MEMBROS DO INTERNATIONAL CORPORATE GOVERNANCE NETWORK – ICGN**

A Abrasca promoveu um café da manhã para apresentar o Código de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas aos membros do International Corporate Governance Network – ICGN, entidade internacional que reúne representantes dos principais investidores institucionais do mundo preocupados com a governança corporativa dos mercados globais cuja carteira conjunta atinge USD18 trilhões. O evento foi direcionado para um seleto grupo de 30 investidores, dentre os participantes do Congresso do ICGN no Rio de Janeiro.

A intenção do encontro, segundo o presidente da associação, Antonio Castro, foi apresentar para os participantes da Conferência como o Código pode ajudar investidores e companhias na busca por melhores padrões de governança.

Durante a reunião, os assuntos mais debatidos foram operações com partes relacionadas e a responsabilidade dos gestores. Os convidados valorizaram o princípio de “aplique ou explique” sob o qual foi construído o texto do Código, que reconhece a diversidade das companhias abertas brasileiras e valoriza a comunicação das empresas com seus públicos de interesse.

Os participantes fizeram questão de parabenizar a Abrasca pela iniciativa e destacaram que o Código traz dispositivos que vão além, inclusive, das exigências do Novo Mercado da BM&FBovespa, como, por exemplo, o que prevê que o Conselho de Administração da companhia avalie, no mínimo anualmente, o trabalho dos diretores da empresa.

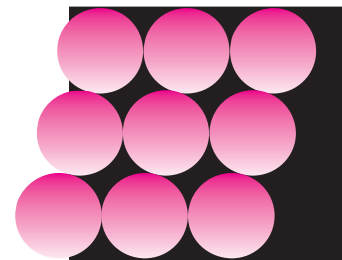
Ao final do encontro, a Abrasca foi convidada, por representantes do órgão regulador colombiano, para apresentar o seu código de autorregulação em um evento naquele país.

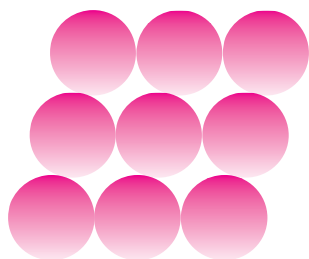
## **ABRASCA LANÇA O LIVRO “COMPANHIAS ABERTAS NO BRASIL: UMA HISTÓRIA” EM COMEMORAÇÃO AOS SEUS 40 ANOS DE FUNDAÇÃO**

A Abrasca em comemoração aos seus 40 anos de fundação lançou, em novembro, o livro “Companhias Abertas no Brasil: uma História”, escrito por Ney Carvalho. O objetivo foi o de registrar a longa tradição do mercado de capitais em nosso País. A solenidade de lançamento ocorreu em São Paulo, no Renaissance Hotel, com cerca de 200 participantes. No Rio de Janeiro, o evento foi na Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ e contou com a presença de mais de 120 pessoas.

O livro conta a história do mercado desde o lançamento das ações do primeiro Banco do Brasil, em 1808, passando pela criação de grande número de companhias no final do século XIX, se estendendo pelo século XX e chegando ao início deste século em que o número de novas companhias abertas cresce aceleradamente.

O autor, Ney Carvalho, tem diversas obras publicadas sobre a história dos negócios no Brasil. Entre elas, estão os livros “Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – 150 anos”; “O Encilhamento – Anatomia de uma Bolha Brasileira”; “A Guerra das Privatizações”, entre outros. Ney Carvalho foi diretor da CVM e dirigente de tradicional corretora de valores, o que o credencia como profundo conhecedor do mercado de valores mobiliários.





### **A PEDIDO DA ABRASCA, CVM ESTENDE O PRAZO PARA APRIMORAMENTO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DAS INCORPORADORAS IMOBILIÁRIAS**

A Superintendência de Empresas da CVM aceitou o pedido da Abrasca e estendeu por mais três meses o prazo para cumprimento do aprimoramento das notas explicativas das incorporadoras imobiliárias exigido pela Autarquia.

O motivo principal do pedido de prorrogação foi a dificuldade, em prazo exíguo, de adicionar informações às notas explicativas em pleno período de publicação das ITRs do segundo trimestre de 2012, o que envolveria discussões internas e junto aos auditores externos, tornando essas mudanças muito complexas e difíceis de serem atendidas em tão pouco tempo.

### **ABRASCA ENVIA CARTA À CVM DEFENDENDO CARÁTER FACULTATIVO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PLATAFORMA ELETRÔNICA PARA VOTO À DISTÂNCIA**

A edição da Lei 12.431, em junho de 2011, ratificou a possibilidade das empresas brasileiras receberem votos a distância durante as assembleias de acionistas. A ausência de regulamentação específica a respeito da participação remota de acionistas em assembleia, no entendimento da Comissão Jurídica da Abrasca (Cojur), não constitui nenhum óbice à disponibilização da modalidade de voto remoto por parte das companhias abertas.

A Associação entende que questões relacionadas ao tema foram ponderadas na elaboração da ICVM nº 481/09 e, também, no Processo Administrativo CVM RJ 2008/1794, onde a Autarquia deixou claro que a companhia que desejar poderá oferecer a possibilidade de participação à distância a seus acionistas.

Em carta enviada à CVM o presidente da Abrasca, Antonio Castro, destacou que, caso a Comissão decida editar regras sobre o assunto, deve ser valorizada a participação à distância do acionista independentemente da instituição de uma plataforma eletrônica. Deve ser reconhecida como válida, por exemplo, a participação de acionista em assembleia geral por meio de voto manifestado por carta, sem a necessidade, portanto, da constituição de procuradores e tampouco da presença física desses na assembleia. O foco, ressaltou Castro, deve ser facilitar a participação do acionista e não necessariamente investir em novas tecnologias ou sistemas.

### **ABRASCA E BM&FBOVESPA CRIAM GRUPO DE TRABALHO PARA APERFEIÇOAR O EMPRESAS.NET**

A Abrasca, por meio de suas comissões técnicas de Mercado de Capitais (Comec) e Jurídica (Cojur), criou um grupo de trabalho, em conjunto com a BM&FBovespa, com objetivo de melhorar o aplicativo de preenchimento e reporte do Formulário de Referência da Empresa (FRE).

A Abrasca, assim como a área de relações com empresas da BM&FBOVESPA, realizaram, paralelamente, pesquisa junto às companhias abertas colhendo contribuições – críticas e sugestões – para discutir um plano de trabalho plurianual para aperfeiçoamento do sistema.



## **CPC ACATA SUGESTÕES DA ABRASCA SOBRE PRONUNCIAMENTO TÉCNICO DE INVESTIMENTO EM COLIGADA E CONTROLADA – CPC 18 R2**

A Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da Abrasca (CANC) discutiu a minuta de revisão do Pronunciamento Técnico CPC 18 R2 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – posta em audiência pública pelo CPC, CVM e o CFC.

Foi identificado que os itens 25, 30 e 31, que tratam do reconhecimento de mudanças na participação societária em controladas e procedimentos de equivalência patrimonial para controladas, quando aplicados, poderiam causar diferenças entre o patrimônio líquido da controladora (individual) e a demonstração consolidada.

Na carta enviada ao CPC, foi observado que as orientações estabelecidas nesses itens para as demonstrações contábeis da controladora (individual) devem estar convergentes com o reconhecimento contábil nas demonstrações consolidadas. A Abrasca entendeu que alterações nas participações em uma controlada que não resultem na perda de controle devem ser reconhecidas no patrimônio líquido nas demonstrações contábeis da controladora.

O CPC acatou as sugestões apontadas.

## **ABRASCA RECOMENDA ÀS COMPANHIAS NÃO DAREM PUBLICIDADE ÀS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL – ISE**

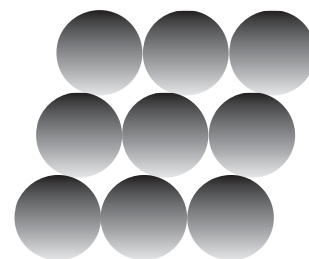
A Comissão de Mercado de Capitais da Abrasca (COMEC) aprovou posicionamento da Associação sobre a publicidade das respostas ao questionário do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, calculado pela BM&FBovespa. Dentre os questionamentos das associadas presentes à reunião, teve destaque o fato de que as companhias que participam dos principais índices de sustentabilidade internacionais informaram que as respostas aos questionários fazem parte de um pacote de informações disponibilizado exclusivamente a público qualificado e não ao público amplo como é a proposta do ISE.

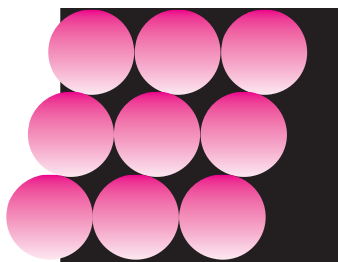
Nesse sentido, as companhias se mostraram preocupadas com possíveis equívocos na interpretação das respostas e a COMEC aprovou recomendação da Abrasca às companhias para restringir as respostas do questionário ao conselho do ISE. O posicionamento foi aprovado pelo Conselho Diretor.

## **GT DA ABRASCA SUGERE MEDIDAS EM PROL DO AUMENTO DO NÚMERO DE COMPANHIAS ABERTAS**

O Conselho Diretor da Abrasca criou um Grupo de Trabalho para analisar propostas que buscam elevar o número de companhias abertas e promover ofertas de ações na bolsa de valores e no mercado de dívida corporativa. O presidente da Abrasca, Antonio Castro, disse que o Brasil tem condições de listar mais de 1.000 empresas. Segundo ele, foram analisados pedidos de apoio para três propostas: o estudo PAC-PME, subscrito por mais de 30 pessoas (entre as quais José Luis Osório, ex-presidente da CVM); o estudo do IBMEC/CEMEC, reunindo análises quantitativas liderado pelo professor Carlos Rocca e resultados de entrevistas com participantes do mercado, denominado Estratégia Nacional de Acesso ao Mercado de Capitais; e um terceiro estudo, este liderado pela CVM com participação da BM&FBovespa, denominado “Grupo de Trabalho de Ofertas Menores”, inspirado nas experiências do mercado de capitais em diversos países.

O resultado do trabalho realizado pela Abrasca será encaminhado à CVM em 2013.





## **ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA ABRASCA DE 2012 MOSTRA QUE, APESAR DO ANO DIFÍCIL, COMPANHIAS ABERTAS TIVERAM CRESCIMENTO DO LUCRO**

A Abrasca lançou em um jantar no edifício da Bolsa no Rio de Janeiro, a 9ª edição do seu Anuário Estatístico das Companhias Abertas-2012/2013. Os dados reunidos para a publicação, com 164 páginas, revelaram que em 2011, apesar do ano difícil para a economia brasileira, as 367 companhias abertas analisadas pela publicação registram lucro líquido de R\$ 237,5 bilhões, o que significou um crescimento real de 4,15% em relação ao resultado de 2010.

Já o patrimônio líquido dessas empresas subiu de R\$ 1,54 trilhão para R\$ 1,62 trilhão, o que significou um aumento real de 5,2%. O ativo total exibiu uma expansão de 3,5% ao totalizar R\$ 6 trilhões em dezembro de 2011. O desempenho, embora pequeno, foi influenciado pelo maior acesso ao crédito beneficiando diretamente o resultado de alguns setores da economia, sobretudo automóveis, máquinas e equipamentos. A expansão da massa salarial também contribuiu para o aquecimento do comércio, principalmente de alimentos e bebidas.

As companhias abertas responderam ainda pela geração de mais de 8 milhões de empregos diretos e indiretos no País, 15,8% superior ao resultado do ano anterior. A publicação mostra também que essas empresas contribuíram com 17% na formação do Produto Interno Bruto (PIB) daquele ano.

## **ABRASCA, MIT SLOAN MANAGEMENT E INSTITUTO EDUCACIONAL BM&FBOVESPA REALIZAM SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS**

A Abrasca promoveu em São Paulo, o seminário “Boas Práticas na Gestão de Riscos Financeiros”, primeira realização inspirada na atividade de autorregulação da entidade. O evento contou com a participação de professores do Massachusetts Institute of Technology – MIT e com a coordenação acadêmica do Instituto Educacional BM&FBovespa.

O Seminário, que contou com a presença de mais de 200 participantes, foi subdividido em painéis que abordaram os seguintes temas: Identificando os riscos da empresa; Como monitorar os riscos financeiros; A Gestão dos Riscos Financeiros; Controles Internos e a Gestão de Risco; Boas Práticas na Implementação Risco; e Boas Práticas na Implantação do Hedge. A abertura do seminário foi feita pelo presidente da CVM, Leonardo Gomes Pereira, que parabenizou a entidade pela iniciativa e ressaltou a importância do tema para o mercado de capitais brasileiro.

## **ABRASCA FAZ SEMINÁRIO PARA DEBATER OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NO RIO DE JANEIRO**

A Abrasca, em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e a Finep, realizou o Seminário “Criação de Valor: Oportunidades de Investimentos no Rio de Janeiro”. O objetivo foi o de apresentar para empresários, investidores institucionais, administradores de Fundos de Pensão e analistas de investimentos as possibilidades de negócios existentes nos diversos segmentos produtivos da economia fluminense. O evento contou com mais de 100 participantes.

Segundo o presidente da Abrasca, Antonio Castro, o tema foi escolhido devido a expressiva recuperação da indústria fluminense nos últimos anos. “A retomada econômica do Rio é um brilhante “case” de criação de valor que merece ser levado ao conhecimento de empresários e investidores”, acentuou Castro.

No evento foram debatidos os seguintes temas: Perspectivas da indústria fluminense; Onde estão as oportunidades de negócios; Panorama da indústria naval e de petróleo e gás; Infraestrutura de energia; Inovação e Tecnologia; Indústria criativa; Sustentabilidade: desdobramentos da Rio+20; e O Impacto Econômico dos Grandes Eventos no Rio de Janeiro.



## **ABRASCA, BM&FBOVESPA, APIMEC E IBRI REALIZAM SEMINÁRIO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**

A BM&FBovespa, a Abrasca, a Apimec e o IBRI realizaram, em abril, o seminário “Empresas Small Caps – A busca da liquidez”. Na ocasião, Bolsa e Apimec firmaram convênio para elevação da liquidez das pequenas e médias empresas no segmento BovespaMais.

Durante o evento, o conselheiro da Abrasca, Roberto Terziani, falou da importância das entidades do mercado trabalharem os custos relativos à listagem e manutenção das ações negociadas nas bolsas de valores. Terziani lembrou que o custo da transparência já é muito alto, sobretudo se for computada a publicação das informações nos diários oficiais e nos jornais de grande circulação. Lembrou que a BM&FBovespa poderia trabalhar taxas diferenciadas de negociação para as companhias de menor liquidez.

Outra iniciativa que, segundo o conselheiro da Abrasca, deveria ser estudada e que pode trazer elevação da liquidez é a exploração dos mercados de investidores regionais, sobretudo nos locais onde a empresa possui suas instalações. “Nesse sentido, complementou Terziani, incentivar funcionários, fornecedores e clientes da empresa a se tornarem seus acionistas pode trazer resultados muito interessantes”. O seminário movimentou o auditório da BM&FBOVESPA em São Paulo, tendo contado com a presença de cerca de 120 pessoas.

## **ABRASCA, EM PARCERIA COM O IBGC, REALIZA SEMINÁRIO SOBRE COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

A Abrasca, em parceria com o IBGC e a BM&FBovespa, realizou o seminário “IN 509: Comitê de auditoria no ambiente de governança”, tendo contado com mais de 100 profissionais presentes. O objetivo foi o de esclarecer o mercado sobre adoção do comitê de auditoria previsto na Instrução Normativa nº 509 da CVM.

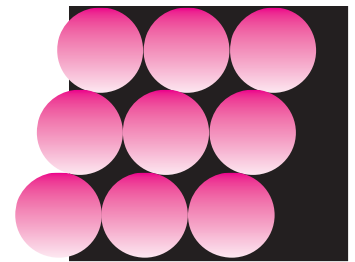
No evento foram discutidos, além da Instrução, as responsabilidades legais, as melhores práticas dos membros do comitê de auditoria, sua estruturação e funcionamento, além de aspectos relacionados às demonstrações financeiras e ao relatório do comitê de auditoria e sua coexistência com o conselho fiscal.

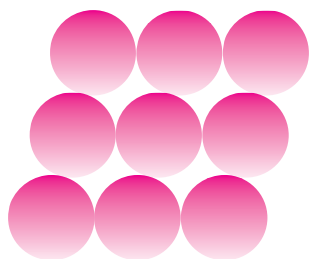
## **ABRASCA APOIA ANEFAC NA REALIZAÇÃO DE PALESTRAS, SOBRE IFRS, EM GRANDES CENTROS**

A Abrasca apoiou a Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) a realizar uma série de eventos sobre as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e as normas brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O evento “Temas Críticos para o Encerramento das Demonstrações Financeiras de 2012” ocorreu em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Campinas. O evento foi destinado a CFO's, Controllers, Gerentes de Contabilidade, profissionais de Relações com Investidores, Analistas Financeiros e demais profissionais da área.

## **SONDAGEM ABRASCA DE EXPECTATIVAS ECONÔMICAS CAPTA PERCEÇÃO DAS COMPANHIAS ABERTAS PARA 2013**

A tradicional Sondagem de Expectativas Econômicas, realizada pela Abrasca em junho e dezembro, captou moderado otimismo das companhias abertas em relação ao desempenho da economia brasileira em 2013. A pesquisa de dezembro, respondida por 55 companhias abertas que, juntas, representam 65% do valor total de mercado da BM&FBOVESPA mostrou que 63% das empresas esperam melhora no desempenho do PIB brasileiro em 2013. A maioria (89%) aposta no crescimento das vendas e estabilidade no volume das exportações (90%).





A pesquisa também apontou que apenas 15% das companhias esperam redução nas vagas de trabalho em seus setores de atuação. A resposta majoritária (68,1%) apontou estabilidade no nível de emprego enquanto 17% acreditam na abertura de novas vagas ao longo do ano. 71% esperam manter ou elevar seus investimentos ao longo de 2013.

### **ABRASCA E IBRI REALIZARAM O 14º ENCONTRO NACIONAL DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES E MERCADO DE CAPITALIS**

A Abrasca e o IBRI realizaram em julho a 14ª Edição do Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, que contou com a presença de quase 900 participantes entre Diretores e Gerentes Financeiros e de Relações com Investidores de companhias abertas, além de autoridades, dirigentes de entidades e demais profissionais ligados ao mercado financeiro e de capitais.

Um dos temas que mereceu destaque nesta edição foi o relacionamento com o investidor em dívida da companhia, em linha com a conjuntura favorável de redução dos juros pagos pelos títulos públicos brasileiros.

Dentre os temas discutidos cabe destaque: Melhores Práticas em RI: novas ferramentas, técnicas e desafios; Cenários para o Mercado de Capitais; O uso da tecnologia para a democratização do mercado de capitais (Lei 12431/11); e Postura do profissional de RI em reuniões e apresentações.

### **TRIUNFO GANHA PRÊMIO ABRASCA DE CRIAÇÃO DE VALOR 2012**

O Comitê do Prêmio Abrasca de Criação de Valor, formado por 12 entidades do mercado, concedeu à Triunfo Participações o prêmio de melhor caso de criação de valor de 2011. A companhia criou 93,82% de valor aos seus acionistas na média dos últimos três anos e foi a melhor avaliada pelos analistas de mercado de capitais dentre as 17 empresas selecionadas para o prêmio principal.

O Prêmio, que está na 5ª edição, é concedido à empresa que apresente o melhor caso de criação de valor. A metodologia própria leva em conta o maior índice de criação de valor na média dos últimos três anos; a sustentabilidade nos resultados e excelência em controle de riscos, transparência e atuação socioambiental. São consideradas também as práticas de relações com investidores.

O objetivo da Abrasca com esta iniciativa é distinguir as companhias com boas práticas de governança corporativa, princípio defendido pela entidade e postura exigida das empresas pelo mercado.

As finalistas são submetidas ao Comitê de Premiação, formado por entidades do mercado de capitais, que indica a vencedora e os destaques setoriais. Este Comitê, que é soberano em seu voto, é composto por representantes das seguintes entidades: Amec, Anbima, Abrapp, Ancord, Anefac, Apimec, Abvcap, Fipecafi, Ibef, Ibgc, Ibracon e Ibri.

Os destaques setoriais foram conquistados pelas empresas dos seguintes setores: MINERVA (Alimentos); Eztec (Construção Civil e Material de Construção); Duratex (Papel e Celulose); AES Eletropaulo (Energia Elétrica); Braskem (Petróleo e Gás, Química e Petroquímica); TIM Participações (Telecomunicações); Totvs (Tecnologia da Informação); BM&FBovespa (Serviços Financeiros); Iochpe-Maxion (Máquinas e Equipamentos); Cremer (Serviços Médico – Hospitalares, Análises e Diagnósticos); MMX Mineração (Mineração); Sabesp (Saneamento e Serviços de Água e Gás) e BicBanco (Bancos).

Desde a sua criação, o Prêmio foi outorgado a Drogasil (2008), Ultrapar (2009), Cia. Hering (2010), Braskem (2011) e agora à Triunfo Participações.

## PRÊMIO ABRASCA MELHOR RELATÓRIO ANUAL 2012

A Embraer, BM&FBovespa, Mapfre, Brasilprev e Infraprev foram as vencedoras da 14ª edição do Prêmio Abrasca Melhor Relatório Anual, anunciado no final de novembro. Receberam ainda troféus, como Menções Honrosas – nas modalidades análise econômico-financeira; aspectos sócio-ambientais; estratégia; gestão de risco e governança corporativa – as companhias Cemig, EDP, Itaú Unibanco, Duratex e Eternit.

Na solenidade de entrega do Prêmio, da qual participaram 130 profissionais do mercado de capitais, o presidente da Abrasca, Antonio Castro, destacou que o importante é “a velocidade adequada da informação, não necessariamente a formalidade”. Ele ainda comentou que na Inglaterra esse procedimento já está incorporado na rotina das companhias abertas.

Disputaram o 14º Prêmio 96 empresas inscritas em cinco categorias: Companhia Aberta dividida em subcategorias: Grupo 1 (empresas com receita líquida igual ou acima de R\$ 3 bilhões) e Grupo 2 (empresas com receita líquida abaixo de R\$ 3 bilhões); Companhia Fechada dividida em Grupo 1 (empresas com receita líquida igual ou acima de R\$ 1 bilhão) e Grupo 2 (empresas com receita líquida abaixo de R\$ 1 bilhão) e Organizações não-governamentais.

Criado pela Abrasca em 1999, o Prêmio conta com o apoio institucional da Aberje, Amec, Anbima, Anefac, Apimec Nacional, Apimec-SP, BM&FBovespa, Ibef-SP, Ibgc, Ibracon e Ibri, cujos representantes constituem o júri. A coordenação é da professora Lucy Sousa, sempre com a colaboração do idealizador do Prêmio, Professor Lélío Lauretti.

## 2º ENCONTRO DE CONTABILIDADE E AUDITORIA

A Abrasca, em parceria com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) realizou em setembro, em São Paulo, a segunda edição do Encontro de Contabilidade e Auditoria para Companhias Abertas e Sociedades de Grande Porte. No Encontro, foram discutidos temas atuais entre eles, a convergência das normas contábeis para o padrão IFRS e a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Foram apresentadas também questões como a consolidação das informações contábeis para sociedades de grande porte e relatório integrado.

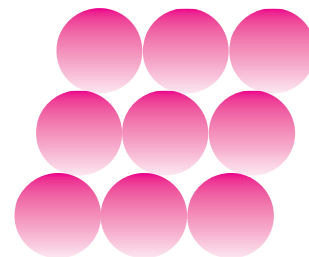
O evento, que reuniu durante dois dias mais de 250 pessoas, tem como objetivo agregar conhecimento e proporcionar a troca de experiência entre os profissionais que atuam no setor.

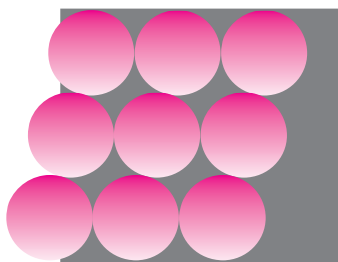
## ABRASCA NA MÍDIA

Em 2012, a Abrasca registrou 548 inserções na mídia, uma média de 45,6 notícias por mês ou mais de duas notícias por dia útil. A divulgação da Pesquisa sobre Tendências Macroeconômicas e o 14º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais registram os maiores picos de publicações.

Durante o ano passado tivemos participações em relevantes publicações impressas (jornais e revistas), em diversos sites, agências de notícias, rádio (JovemPan) e TV (GloboNews).

Mantivemos a qualidade da divulgação com presença em veículos como os jornais Valor Econômico, Brasil Econômico, DCI, O Globo, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Hoje em Dia (BH), Jornal do Comércio (RJ), Jornal do Comércio (RS), revistas IstoÉ, Capital Aberto, Revista RI, os portais Terra, R7, Exame, entre outros.





## AGENDA LEGISLATIVA DO MERCADO DE CAPITAIS

**Projeto de Lei 32/99** – EMENTA: Cria balanço social para as empresas que menciona. RESUMO: Obriga a elaboração de balanço social para empresas privadas com mais de cem funcionários. E regula o modelo de balanço. ANDAMENTO: Em 31/1/2011, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 1/2/2011 – Suplemento ao nº 14. POSIÇÃO DA ABRASCA: Não recomendável a adoção de um padrão único para o balanço social. Tais demonstrações devem continuar sendo voluntárias. A Abrasca é contra.

**Projeto de Lei 2.550/00** – EMENTA: Dispõe sobre as ações ordinárias e preferenciais não reclamadas correspondentes a participação acionária em sociedades anônimas de capital aberto. RESUMO: Transfere para a propriedade da União as ações não reclamadas. ANDAMENTO: Projeto em trâmite no Senado com o número 119/05, aguardando retorno. Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa) – Remessa ao Senado Federal, através do Of PS-GSE/523/05. POSIÇÃO DA ABRASCA: Expropriação de ações nominativas em razão de desatualização de cadastro é inconstitucional e, portanto, inadmissível. A Abrasca produziu sugestão de substitutivo. A Abrasca é a favor com alterações.

**Projeto de Lei 2.814/00** – EMENTA: Altera o art. 60 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, fixando limites para emissão de debêntures, sendo oitenta por cento do valor dos bens gravados, próprios ou de terceiros, com garantia real ou cem por cento do patrimônio líquido, nos demais casos. Na hipótese de oferta pública, a CVM poderá, justificadamente, fixar outros limites. RESUMO: Impede a emissão de debêntures sem garantia, que ultrapassem o patrimônio líquido da empresa. ANDAMENTO: Em 24/3/03, Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) – Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação publicado no DCD de 21/3/03, Letra A, PÁG 8.965, COL 02. POSIÇÃO DA ABRASCA: A medida, sob o ponto de vista técnico do mercado de capitais e da distribuição de valores mobiliários, é ineficaz e contraproducente. Precisaria ser radicalmente aperfeiçoada. Da forma pela qual se apresenta, impede a utilização de debêntures em operações de securitização. A Abrasca é contra.

**Projeto de Lei 5.672/01** – EMENTA: Elimina a permissão de dupla estrutura do capital, prevendo a existência de três classes de ações – ordinárias, de fruição e especiais – e estabelece normas de transição, relativamente às ações preferenciais, entre outras alterações. RESUMO: Impede a emissão de ações preferenciais e dá prazo para compulsoriamente transformar preferenciais em ordinárias. ANDAMENTO: Em 27/4/2011, Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. POSIÇÃO DA ABRASCA: Intervenção autoritária e violenta sobre atos jurídicos perfeitos praticados pelo mercado no passado. Na prática, o próprio mercado tem desenvolvido mecanismos voluntários para resolver essa questão. A Abrasca é contra.

**Projeto de Lei Senado 368/05** – EMENTA: Altera o parágrafo único do art. 81 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências”. RESUMO: Dá novas diretrizes para a reformulação do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN). ANDAMENTO: Em 10/8/2011, CAE – Comissão de Assuntos Econômicos. Situação: Matéria com o novo Relator Senador Antonio Carlos Valadares. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é a favor do projeto de lei e atuará pela sua aprovação perante a relatoria quando esta for designada.

**Projeto de Lei Senado 214/06** – EMENTA: Altera a redação do § 1º art. 111 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a aquisição do direito de voto pelos titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com limitação desse direito, no caso de não pagamento de dividendos pelo prazo de três exercícios consecutivos. RESUMO: O projeto amplia o escopo do

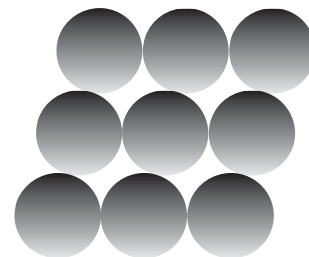
dispositivo da Lei Societária para estabelecer que os titulares das ações preferenciais sem direito a voto passarão a ter essa prerrogativa se a companhia, pelo prazo de 3 exercícios consecutivos, não lhes pagar nenhum dividendo. ANDAMENTO: Em 28/2/08, SEXP – Secretaria de Expediente. Situação: Remetido à Câmara dos Deputados. Ofício SF nº 155 de 28/2/08, ao primeiro-secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 24 a 25). POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é contra o projeto, porque altera contratos juridicamente perfeitos, que são direitos estabelecidos em estatuto para os acionistas das companhias.

**Projeto de Lei 961/07** – EMENTA: Dispõe sobre a divulgação e o uso de informações sobre ato ou fato relevante e altera os arts. 27-D e 27-F da Lei nº 6.385/76. RESUMO: Dispõe sobre o que é relevante, sobre quais as modalidades de atos e fatos relevantes e as formas de divulgação ou de uso dessas informações. Ademais, a alteração do art. 27-D trata da equiparação da pena para quem contribui para a obtenção da vantagem indevida, e da possibilidade de medida cautelar no bloqueio dos recursos ilícitos. Enquanto que a alteração do art. 27-F dispõe sobre as multas cominadas para os crimes do art. 27-C e D. ANDAMENTO: Em 2/4/13, Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Designado Relator, Dep. Mendonça Filho (DEM-PE). POSIÇÃO DA ABRASCA: O projeto tem alguns equívocos básicos, a começar pelo fato de que se baseia numa instrução que a CVM revogou, qual seja, a Instrução 31, hoje substituída pela 358. Ademais, o conceito de incluir na lei normas que devem ser flexíveis o suficiente para se adaptarem às circunstâncias do mercado parece altamente inconveniente. A Abrasca é contra engessar tais disposições em lei, devendo o tema continuar a ser regulado pela CVM.

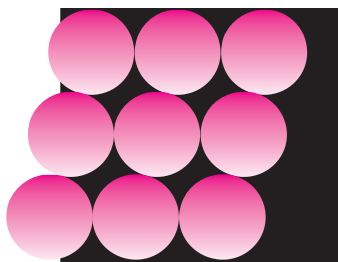
**Projeto de Lei Senado 164/08** – EMENTA: Altera o *caput* do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Sociedades por Ações), para aumentar de oitenta para noventa o percentual do preço mínimo a ser pago aos demais acionistas da companhia no caso de alienação do controle. RESUMO: O projeto propõe aumentar de oitenta para noventa por cento o percentual de *tag along*. ANDAMENTO: Em 23/12/10 no DSF Página(s): 20-90 Suplemento nº 213-C. Em 03/02/11, SARQ – Secretaria de Arquivo. Processo Arquivado. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca entende que não é oportuna a alteração do valor de 80%, previsto no art. 254, sobretudo devido ao fato de que as companhias já comprometem outras contrapartidas a ações preferenciais para compensar a diferença de 20%. Qualquer alteração no percentual de *tag along* implicaria rebalanceamento nas relações de troca entre ordinária e preferenciais de uma mesma companhia, gerando transferência indevida de riqueza entre grupos de acionistas.

**Projeto de Lei 3.401/08** – EMENTA: Disciplina o procedimento de declaração judicial de descondição da personalidade jurídica e dá outras providências. RESUMO: Visa instaurar um incidente processual para permitir a ampla defesa toda vez que se pretender descondição a pessoa jurídica para atingir a responsabilidade de sócios e administradores. ANDAMENTO: Em 15/12/11, Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Apresentação do Parecer do Relator nº 1 CCJC, pelo Deputado Danilo Forte (PMDB-CE). Inteiro teor. Parecer do Relator, Dep. Danilo Forte (PMDB-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 4298/2008, apensado, e da emenda 4 da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, na forma do substitutivo aprovado nessa última comissão e pela rejeição das emendas 1, 2 e 3 da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é a favor do projeto. Este é fruto de um trabalho do Plano Diretor, do qual a Abrasca participou do início até o seu encerramento em 2012.

**Projeto de Lei 3.804/08** – EMENTA: Acrescenta o § 7º ao art. 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que “Dispõe sobre a sociedade por ações”. RESUMO: Obriga as companhias abertas a remeter a seus acionistas informações relativas à pauta de assuntos que serão deliberados na respectiva assembleia com maior antecedência. ANDAMENTO: Em 5/4/11, Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é contra o projeto de lei. O assunto é satisfatoriamente regulado pela ICVM 481.







**Projeto de Lei 4.272/08** – EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras para as sociedades de grande porte. RESUMO: Altera a Lei nº 11.638, de 2007. ANDAMENTO: Em 5/3/12, Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). Ao Arquivo – Memorando nº 8/12 – COPER. POSIÇÃO DA ABRASCA: Pretender estender às sociedades de grande porte publicações que já estão sendo questionadas em relação às sociedades anônimas abertas se configura um contrassenso. A Abrasca é contra o projeto de lei.

**Projeto de Lei 5623/09** – EMENTA: Define como alienação de controle de companhia aberta a transferência efetuada mediante incorporação por meio de troca de ações. RESUMO: Altera a Lei das Sociedades Anônimas (6.404/76), conforme está claro na ementa. ANDAMENTO: Em 5/3/12, Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). Ao Arquivo – Memorando nº 8/12 – COPER. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é contra a ideia.

**Projeto de Lei Senado 95/12** – EMENTA: Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para determinar que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas deverá ser previamente autorizada pela FUNAI. ANDAMENTO: Em 27/11/2012, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Matéria com a Relatoria. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca entende que o Projeto aumenta a burocratização do processo.

**Projeto de Lei Senado 240/12** – EMENTA: Assegura a proteção dos interesses das empresas brasileiras, e suas controladas, que atuam no exterior, contra medidas restritivas ou arbitrárias dos Estados nos quais realizam suas atividades. ANDAMENTO: Em 1/8/2012, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Aguardando Designação do Relator. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é a favor da medida ao passo em que garante que o Governo Federal aplique sanções proporcionais às empresas estrangeiras que tenham sede nos mesmos Estados que determinaram lesões às companhias brasileiras.

**Projeto de Lei Senado 248/12** – EMENTA: Altera o art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para estabelecer a possibilidade de prorrogação do prazo que suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor. ANDAMENTO: Em 6/3/2013 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Aguardando Designação do Relator. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é a favor do projeto.

**Projeto de Lei Senado 348/12** – EMENTA: Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para simplificar a constituição e o funcionamento da sociedade anônima de capital fechado que possua menos de vinte acionistas e patrimônio líquido inferior a cem milhões de reais. ANDAMENTO: Em 4/4/2013 – Comissão de Assuntos Econômicos. Incluída na Pauta da Reunião. POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é a favor do projeto porque estimula a criação de novas sociedades anônimas e conseqüentemente potenciais novas emissoras de valores mobiliários.

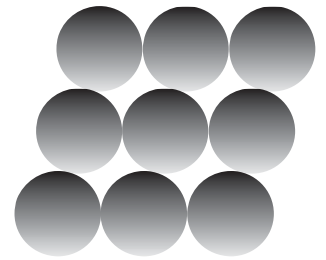
**Projeto de Lei 195/12** – EMENTA: Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para que possam emitir debêntures nas condições que especifica. ANDAMENTO: Em 21/3/13, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC). Devolução à Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é a favor do projeto dado que estimula o crescimento da oferta de valores mobiliários no mercado brasileiro.

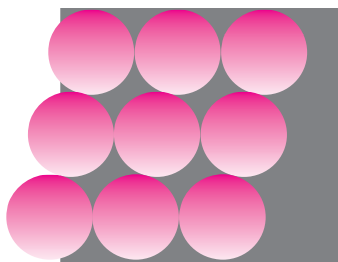
**Projeto de Lei 3.155/12** – EMENTA: Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a incidência de imposto de renda sobre a distribuição de lucros e dividendos pagos e creditados pelas pessoas jurídicas e sobre juros pagos e creditados a título de capital próprio, e a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, que dispõe sobre o imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos adquiridos por investidores estrangeiros. ANDAMENTO: Em 25/7/2012, Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). Ao Arquivo – Memorando nº 165/12 – COPER.



POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca foi uma das principais responsáveis por obter a isenção do IR sobre dividendos e juros sobre capital próprio, pelo que é contrária a qualquer revisão desse instituto por entender que esses proventos já sofrem tributação na pessoa jurídica.

**Projeto de Lei 3.182/12** – EMENTA: Altera o § 1º do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, introduzido pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, que “Dispõe sobre as Sociedades por Ações”. Define como alienação de controle de companhia aberta a transferência, efetuada mediante incorporação por meio de troca de ações. ANDAMENTO: Em 13/3/2013, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC). Designado Relator, Dep. Dr. Ubiali (PSB-SP). POSIÇÃO DA ABRASCA: A Abrasca é contra a revisão do conceito de alienação de controle, entendendo que o mesmo não se confunde com o conceito de incorporação.





## ABRASCA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS COMPANHIAS ABERTAS

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Administradores da  
Abrasca – Associação Brasileira das Companhias Abertas

Examinamos as demonstrações contábeis da Abrasca – Associação Brasileira das Companhias Abertas (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Abrasca – Associação Brasileira das Companhias Abertas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela (administração) determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgação apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Abrasca – Associação Brasileira das Companhias Abertas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 13 de março de 2013.

Marco Antonio Papini – Contador – CRC nº 1SP180759/O-1 “S” RJ  
MAP Auditores Independentes – CRC nº 2SP020649/O-2

Map  
Auditoria



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/DEZ/2012 E DE 2011

### BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

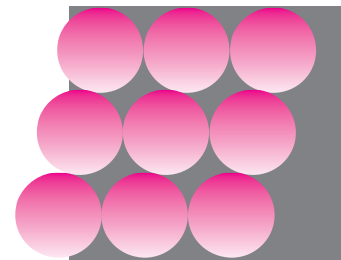
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	852.500	1.070.197
Contribuições a receber	43.235	16.120
Impostos a recuperar	1.097	1.097
Adiantamentos de salários e outros	<u>5.958</u>	<u>3.262</u>
	902.790	1.090.676
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Investimentos	1	1
Imobilizado (nota 4)	<u>148.836</u>	<u>174.147</u>
	148.837	174.148
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b><u>1.051.627</u></b>	<b><u>1.264.824</u></b>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores	65.085	24.582
Contribuições sociais	12.189	11.019
Obrigações tributárias	5.516	4.133
Férias a pagar	47.841	45.709
Cursos e atividades especiais (nota 5)	453.310	580.756
Contribuições a apropriar (nota 6)	<u>327.793</u>	<u>303.233</u>
	911.734	969.432
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL (nota 7)</b>		
Patrimônio social	295.392	237.593
Superávit do exercício	<u>(155.499)</u>	<u>57.799</u>
	139.893	295.392
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b><u>1.051.627</u></b>	<b><u>1.264.824</u></b>

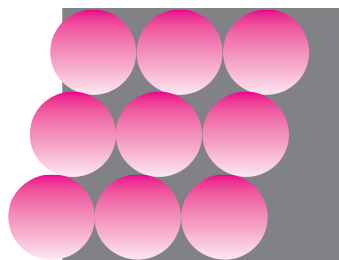
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>RECEITAS ORDINÁRIAS</b> (Nota 8)	<u>2.256.026</u>	<u>2.012.042</u>
	2.256.026	2.012.042
<b>DESPESAS ORDINÁRIAS</b>		
Pessoal (Nota 9)	(661.958)	(592.358)
Coordenação administrativa (Nota 10)	(371.822)	(326.821)
Assessoria de comunicação (Nota 11)	(139.684)	(131.482)
Outras despesas administrativas (Nota 12)	(366.320)	(326.562)
Comunicação	(85.872)	(87.535)
Viagens (Nota 13)	(209.863)	(218.489)
Aluguéis	(141.373)	(119.160)
Manutenção e equipamentos	(22.750)	(23.061)
Depreciações	(30.617)	(31.984)
Despesas tributárias	(23.070)	(33.377)
Despesas financeiras	(6.626)	(4.634)
Receitas financeiras	119.012	163.231
Outras despesas gerais (Nota 14)	<u>(418.865)</u>	<u>(160.149)</u>
	(2.359.808)	(1.892.383)
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Despesas com publicações	<u>(51.717)</u>	<u>(61.860)</u>
	(51.717)	(61.860)
<b>(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>(155.499)</u></b>	<b><u>57.799</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.




**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO** (Em reais)

	<b>Patrimônio Social</b>	<b>(Déficit) Superávit Acumulado</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>222.062</b>	<b>15.531</b>	<b>237.593</b>
Transferência do superávit acumulado	15.531	(15.531)	-
Superávit do exercício		57.799	57.799
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>237.593</b>	<b>57.799</b>	<b>295.392</b>
Transferência do superávit acumulado	57.799	(57.799)	-
Déficit do exercício		(155.499)	(155.499)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>295.392</b>	<b>(155.499)</b>	<b>139.893</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
EM 31 DE DEZEMBRO** (Em reais)

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>(Déficit) / Superávit do exercício</b>	<b>(155.499)</b>	<b>57.799</b>
Depreciação e amortização	30.617	31.984
(Déficit) / Superávit ajustado	(124.882)	89.783
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (Aumento) nos ativos operacionais</b>		
Contribuições a receber	(27.115)	(13.720)
Adiantamentos de salários e outros	(2.522)	(2.109)
	(154.519)	73.954
<b>Aumento/(redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	40.504	4.369
Contribuições sociais	993	(165)
Obrigações tributárias	1.383	(906)
Férias a pagar	2.133	6.912
Cursos e atividades especiais	(127.447)	6.973
Contribuições a apropriar	24.560	32.462
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(212.391)</b>	<b>123.599</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de imobilizado	(5.306)	(14.430)
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(5.306)</b>	<b>(14.430)</b>
<b>(REDUÇÃO) / AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(217.697)</b>	<b>109.169</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.070.197	961.028
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	852.500	1.070.197
<b>(REDUÇÃO) / AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(217.697)</b>	<b>109.169</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/DEZ/2012 E DE 2011 (Em reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Abrasca – Associação Brasileira das Companhias Abertas, entidade sem finalidade de lucro, foi constituída em 21 de dezembro de 1971. São objetivos da Entidade:

- a. Colaborar com os poderes públicos competentes no aperfeiçoamento das medidas disciplinares do mercado de capitais e no que for de interesse geral das associadas.
- b. Colaborar com as entidades públicas e privadas vinculadas ao mercado de capitais no aperfeiçoamento dos sistemas e atos relacionados com a emissão, distribuição, intermediação e circulação de valores mobiliários ou títulos emitidos pelas associadas e quaisquer direitos a eles relativos.
- c. Participar, com a Bolsa de Valores, na indicação dos representantes das Companhias Abertas nos Conselhos ou outros órgãos daquelas entidades.
- d. Promover e fomentar a troca, entre as associadas, de informações, experiências e técnicas.
- e. Realizar ou fazer realizar estudos, investigações e pesquisas técnicas e administrativas.
- f. Acompanhar a evolução do direito do mercado de capitais no país e no estrangeiro.
- g. Coletar e divulgar informações e dados de interesse do mercado de capitais.
- h. Representar as Companhias Abertas, na forma permitida em lei, nos órgãos públicos do País ou quaisquer outras entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, em assuntos relativos aos fins sociais.
- i. Divulgar, debater e promover o mercado de capitais ou a economia de mercado em sentido amplo com empresas não associadas e o público em geral, que poderão participar de eventos, cursos, seminários e de outras atividades promovidas pela Entidade.
- j. Estabelecer convênios com outras entidades sem fins lucrativos para a realização de atividades que visem alcançar os objetivos da Entidade.
- k. Colocar à disposição de outras entidades sem fins lucrativos os serviços prestados nas suas finalidades institucionais.
- l. Promover as boas práticas corporativas das companhias abertas, por meio de códigos, manuais e outras iniciativas de autorregulação e boas práticas.

### 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Estas demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações bem como nas Normas e Procedimentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A Entidade não apresentou durante o exercício de 2012, resultado abrangente em suas operações.

Na preparação das demonstrações contábeis foram consideradas estimativas contábeis para registro de certos ativos, passivos e outras transações, bem como o exercício de julgamento por parte da administração da entidade na aplicação das políticas contábeis da entidade. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas em notas nos seus referidos grupos.

Portanto, estas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para impostos e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação a estas estimativas.

O exercício social da entidade compreende o período de 1º de janeiro à 31 de dezembro de cada ano.

#### a) Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boarding* (IASB) adaptadas para a legislação brasileira, quando aplicável. As demonstrações contábeis apresentadas em Reais, exceto quando estiver expresso em outra moeda.

#### b) Aplicações Financeiras

Estão demonstradas ao custo, acrescidas das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo o valor de realização. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado financeiro foram classificados como mantidos para negociação.

#### c) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo método de custo. As depreciações são calculadas pelo método linear e contabilizadas em função da utilização dos bens, conforme sua vida útil estimada.

#### d) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

O ativo circulante e outros ativos não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

#### e) Férias

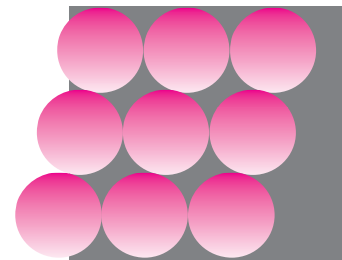
As contas a pagar com as férias foram constituídas com base na remuneração e respectivos encargos sociais incorridos até a data do balanço.

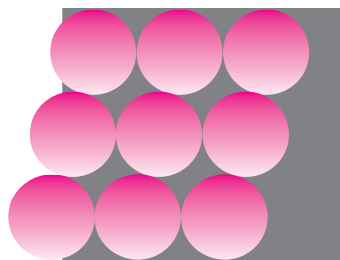
#### f) Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, sendo seu registro realizado separadamente, quando incorrer.

#### g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência.





### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Bancos	83.496	8.255
Aplicações financeiras	769.004	1.061.942
	<b><u>852.500</u></b>	<b><u>1.070.197</u></b>

Os valores registrados nestas rubricas são representados por recursos de disponibilidade imediata registrados ao custo e os rendimentos estão sendo registrados pelo regime de competência. As aplicações financeiras estão registradas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e em Fundos de Renda Fixa que são remuneradas a taxas que variam entre 82% e 102,5% do CDI, podendo ser resgatadas antecipadamente, sem prejuízos dos rendimentos.

### 4. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2012 Valor Líquido	2011 Valor Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	61.942	55.167	6.775	8.629
Instalações	10%	116.188	52.879	63.309	74.358
Móveis e utensílios	10%	112.063	48.289	63.774	73.120
Computadores e acessórios	20%	181.867	167.677	14.190	17.003
Software	20%	5.222	4.434	788	1.036
		<b><u>477.282</u></b>	<b><u>328.445</u></b>	<b><u>148.836</u></b>	<b><u>174.147</u></b>

### 5. CURSOS E ATIVIDADES ESPECIAIS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contribuições especiais	2.574.372	2.292.846
Despesas	(2.121.062)	(1.712.090)
	<b><u>453.310</u></b>	<b><u>580.756</u></b>

As atividades especiais consistem em cursos, pesquisas, eventos ou divulgações relacionadas aos objetivos da Abrasca, que exigem recursos específicos que são obtidos com as associadas. As despesas e as contribuições recebidas relacionadas com a realização dessas atividades são controladas em conta de passivo, até a data de conclusão dos eventos, quando ocorre então a liquidação financeira e sua respectiva baixa para o resultado.

### 6. CONTRIBUIÇÕES A APROPRIAR

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outras contribuições	327.793	303.233
	<b><u>327.793</u></b>	<b><u>303.233</u></b>

Estão registradas neste grupo as contribuições dos associados a apropriar recebidas antecipadamente correspondentes à trimestralidade, semestralidade e anualidade, que são transferidas para o resultado de acordo com o período de competência.

### 7. PATRIMÔNIO SOCIAL

#### 7.1 PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social incorpora os resultados apurados em cada exercício, aprovados pela Assembleia Geral e as doações de bens patrimoniais.

#### 7.2 SUPERÁVITS ACUMULADOS

São registrados neste grupo os valores do superávit/déficit do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral.

### 8. RECEITAS ORDINÁRIAS

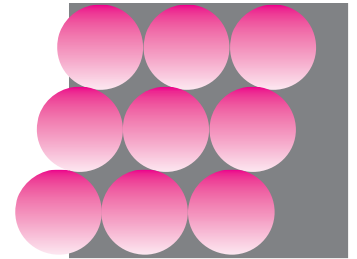
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Mensalidades	2.004.627	1.896.555
Outras contribuições	252.399	115.487
	<b><u>2.256.026</u></b>	<b><u>2.012.042</u></b>

Registra as contribuições periódicas dos associados referentes a cursos, eventos, seminários e outras atividades promovidas pela Entidade.



## 9. PESSOAL

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários	219.281	220.105
INSS	87.708	79.484
FGTS	25.450	23.357
Gratificações	14.973	12.626
Anuênios	8.161	7.414
13º salário	19.898	18.116
Férias	19.271	17.155
Assistência médica	157.890	135.455
Vale-transporte	23.509	22.659
Auxílio refeição	33.815	32.334
Estagiários	50.723	23.382
Outros	1.008	271
	<u><b>661.958</b></u>	<u><b>592.358</b></u>



## 10. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Sociedade registra os gastos com prestação de serviços para o planejamento, organização, execução e coordenação da Entidade no montante de R\$ 371.822 (R\$ 326.821 em 2011).

## 11. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Registra os gastos com assessoria de imprensa, com os veículos de comunicação, no montante de R\$ 139.684 em 2012 (R\$ 131.482 em 2011).

## 12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Assessoria tributária	19.069	18.984
Assessoria jurídica	106.360	81.533
Coordenação de eventos	44.666	42.000
Processamento de dados	30.058	29.857
Assessoria econômica	146.700	140.000
Outros	19.467	14.188
	<u><b>366.320</b></u>	<u><b>326.562</b></u>

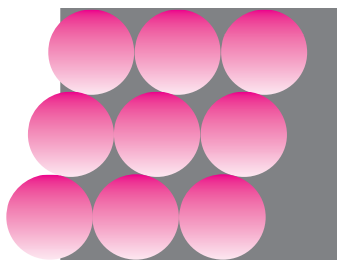
A Sociedade registra os gastos com assessorias, coordenação de eventos, processamentos de dados e demais despesas inerentes à Administração da Entidade.

## 13. VIAGENS

São despesas realizadas para participação em reuniões do Conselho Diretor, Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho, bem como contatos com outras entidades do mercado e autoridades, além da presença em eventos ligados aos objetivos da Entidade. Também se destinam a atender à permanente manutenção das informações administrativas no Município de São Paulo, por ser a matriz da Abrasca ali localizada.

## 14. OUTRAS DESPESAS GERAIS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Almoço e reuniões	18.045	8.414
Manutenção e conservação	29.320	33.996
Luz e água	21.947	19.571
Despesas com associações	36.860	39.395
Serviços gráficos	8.262	5.832
Material de escritório	11.010	9.516
Transporte	7.928	9.187
Material de limpeza	5.765	6.303
Livros, jornais e revistas	2.141	2.751
Copa e cozinha	12.612	9.076
Cópias e reproduções	100	232
Serviços de entrega	325	430
Taxas diversas	2.866	3.737
Autoregulação	257.380	-
Outros	4.304	11.709
	<u><b>418.865</b></u>	<u><b>160.149</b></u>



## 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Nessas mesmas datas, o valor contábil dos instrumentos financeiros ativos, equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados.

### 15.1 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Entidade possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, liquidez.

### 15.2 Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Entidade enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Entidade monitora o risco de liquidez mantendo caixa e investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## 16. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. Apesar de não fazer parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, disponibilizamos cópia de todas as apólices aos auditores, para comprovação da existência das referidas coberturas.

## 17. PASSIVOS CONTINGENTES

As declarações de imposto de renda dos últimos 5 anos encontram-se sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais; demais impostos também estão sujeitos à revisão pelas autoridades, variando em cada imposto a prescrição.

## 18. COMPROMISSOS FUTUROS

A entidade possui os seguintes compromissos futuros:

ALUGUEL IMÓVEL: AV. RIO BRANCO, 12 - 6º ANDAR - RIO DE JANEIRO/RJ	<u>Ano</u>	<u>Valor R\$</u>
	2013	10.557,42
		<u>10.557,42</u>
ALUGUEL IMÓVEL: RUA DA CONCEIÇÃO, 105 - SALAS 1304 E 1305 - RIO DE JANEIRO/RJ	<u>Ano</u>	<u>Valor R\$</u>
	2013	5.161,55
		<u>5.161,55</u>
ALUGUEL IMÓVEL: AV. BRIGADEIRO LUIZ ANTONIO, 2504 - CONJ 151 - SÃO PAULO/SP	<u>Ano</u>	<u>Valor R\$</u>
	2013	37.547,70
		<u>37.547,70</u>

## 19. IMUNIDADE FISCAL

As declarações de isenções de imposto de renda, estão sujeitas à inspeção e à aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e sujeitas a eventuais lançamentos adicionais.

A Abrasca goza da imunidade tributária no que se refere ao seu patrimônio, rendas e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram esta imunidade.

A entidade durante o exercício de 2012 usufruiu dos benefícios fiscais nos seguintes montantes:

<u>Tributo</u>	<u>Valor em R\$</u>
IRPJ	156.479
CSLL	64.972
COFINS	67.680
ISS	112.799
<b>Total</b>	<b><u>401.930</u></b>

## APROVAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração e autorizadas para emissão em 12 de março de 2013.

**Eduardo Lucano da Ponte**  
Superintendente Geral

**Abel Mendes Pinheiro Júnior**  
Contador CRCRJ nº 33058784/0-5